

Ata

Reunião de Câmara Municipal

Ata nº 4
Data 24-02-2026
Tipo Ordinária
Página 1



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 24-02-2026

Ata nº 4

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
Verónica Solheiro	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Vereador	P
Liliana Alexandra Alves Gonçalves	Vereador	P

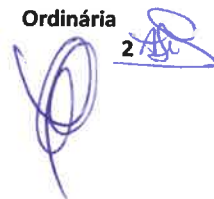
P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 18-02-2026

Operações Orçamentais	1.731.432,72€
Operações de Tesouraria	492.672,81€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.



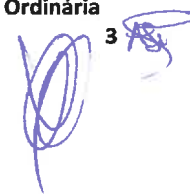
O senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por apresentar cumprimentos e agradecer a presença de todos os Vereadores presentes.

I – Período Antes da ordem do dia

Aberto o período de “Antes da Ordem do Dia”, o senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou o desejo de deixar algumas notas e perguntou, ao senhor Vereador e senhoras Vereadoras presentes, se algum deles se pretendia inscrever para intervir nesta parte da ordem de trabalhos.

Neste seguimento, inscreveu-se a senhora Vereadora Fátima Pereira e a senhora Vereadora Verónica Solheiro.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que explanou a agenda do Executivo no período que mediou a última e a presente reunião de Câmara Municipal, começando por assinalar a participação, no dia 16 de fevereiro, numa reunião com a senhora Engenheira Luísa Cordeiro, das Infraestruturas de Portugal, reunião esta que o Executivo Municipal havia solicitado, fundamentalmente para tentar perceber em que ponto se encontravam os *dossiers* que envolvem Melgaço, mais especificamente a questão das rotundas. Nessa sequência, referiu que a rotunda de Prado, no cruzamento que dá acesso ao Centro de Estágios (de um lado) e ao Hipermercado “COCA” (do outro lado), se encontra numa fase mais avançada, que o projeto já foi aprovado e que o processo está entregue a um Gabinete para estudo e elaboração de um relatório de auditoria, a qual se previa que fosse feita em 2 ou 3 meses e que se veio a apurar ainda não ter sido elaborado 14 ou 15 meses depois. Informou que tentou perceber o porquê da falta de andamento deste processo, junto do engenheiro responsável, o qual informou ter tido problemas de ordem informática que atrasaram a apresentação do trabalho, mas que iria enviar o processo para a entidade competente o quanto antes, imprimindo-lhe a necessária agilidade. Já relativamente à rotunda de acesso à Zona Empresarial de Alvaredo (ZEA), disse que a mesma se encontra numa fase mais embrionária. Sobre o processo desta rotunda transmitiu ter tomado conhecimento de que aquando da apresentação da candidatura para o projeto da ZEA, o executivo de então, de modo a agilizar a candidatura, e pelo facto de não existir financiamento para o efeito, comunicou que uma tal rotunda não era necessária. Por conseguinte, é agora fundamental recuar e reverter a comunicação da desnecessidade, para o que se mostra fundamental a apresentação de um novo estudo de tráfego, que aponte para a necessidade da construção desta rotunda. Referenciou que, ainda assim, existe um óbice, relacionadamente com o facto de presentemente ainda não haver empresas instaladas na zona empresarial, promotoras de uma maior circulação rodoviária, designadamente com veículos pesados, necessidade de circulação esta, designadamente no entroncamento com a Variante Nova às EN 202 e 301, que é um dos pressupostos para a aprovação da construção da rotunda.



Ainda relativamente à Infraestruturas de Portugal, informou que pediu, no presente dia, ao Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, para comunicar e solicitar àquela entidade que resolva o problema existente na referida via rodoviária, num troço na zona do Peso, em frente da Quinta do Salvador Pereira, onde já desde há anos a esta parte existe um rebaixamento na plataforma da via.

Passou, seguidamente, a fazer a alusão à abertura oficial, na sexta-feira passada, das Jornadas da Lampreia, em que foi anfitrião o Município de Caminha. Informou que esteve presente, também na qualidade de Presidente da Direção da Adriminho, por inerência do cargo que ocupa no Município de Melgaço. Transmitiu que as Jornadas correram muitíssimo bem, com muita afluência e participação, apresentando-se a sala completamente cheia. Comunicou que esteve na ocasião igualmente presente uma equipa de colaboradores do Município, para preparar e apresentar a mesa do Município de Melgaço, que foi muito elogiada e das mais procuradas. Referiu, a este propósito, que os produtos de Melgaço, que aí estavam expostos, ficaram praticamente esgotados. Comunicou que no painel de intervenientes se contaram, para além dele próprio, a senhora Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dr.^a Liliana Silva, assim como o Secretário de Estado das Pescas e do Mar, Dr. Salvador Malheiro, com quem teve a oportunidade de conversar e de aproveitar para lhe pedir que levasse para junto da Tutela algumas das reivindicações que são do Município de Melgaço e dos restantes municípios da orla do Rio Minho (Monção, Valença, Cerveira, Caminha e também Paredes de Coura). Referiu que as preocupações de que deu conta ao senhor Secretário de Estado tem, fundamentalmente, a ver com a necessidade de articulação com o Governo espanhol no estabelecimento de caudais ecológicos ou caudais mínimos e com outras necessárias medidas para mitigação dos ataques à subsistência da espécie, que tem sofrido um decréscimo enorme. Informou que, de acordo com os dados que foram apresentados pela palestrante, Doutora Catarina Mateus, da Universidade de Évora, houve uma redução de cerca de 2/3 nas capturas, de 2024 para 2025, sendo certo, contudo, que esta espécie se encontra em risco fruto não só da variação brusca dos caudais, mas também da ação dos predadores (carpa e corvo-marinho), das condições climáticas, do aquecimento global, e de causas de mortandade da espécie quando no mar, que ainda estão a ser investigadas.

Informou que da parte da tarde desse mesmo dia, na sequência do convite e do pedido de presença que para o efeito lhe foi endereçado, participou numa reunião nos serviços da Presidência do IPVC, em Viana do Castelo, com a presença da senhora Secretária de Estado do Ensino Superior. Lembrou que o IPVC tem um total de 6.422 alunos, sendo que cerca de metade, ou 50%, são oriundos do próprio distrito de Viana do Castelo. Disse que no âmbito da referida reunião foram mencionados à senhora secretária de Estado alguns dos desafios com que lida o IPVC, designadamente a questão dos custos acrescidos com a circulação dos docentes para polos situados em territórios como Melgaço, e com a questão dos transportes dos alunos e da necessidade de manter e

incrementar a resposta do Bus Académico para que os estudantes se possam deslocar para as várias escolas do IPVC, que é uma instituição de ensino bastante categorizada, e com uma cartografia de respostas espalhadas pelo distrito, num total de 6 escolas.

Por fim, abordou uma candidatura que foi apresentada já no tempo deste Executivo Municipal, elaborada pelos técnicos do Município, aos quais dirigiu uma palavra de apreço pelo trabalho, notável, que desenvolveram, e no âmbito da qual o Município de Melgaço foi eleito como “Destino Desportivo do Ano 2026”, na categoria de municípios com uma população até 10 mil habitantes. Referenciou que a entrega do prémio alusivo a este selo, do qual disse em muito se deverem orgulhar, ocorrera no concelho da Mealhada, onde o Executivo do Município se fez representar pelo senhor Vice-Presidente.

Finda a sua intervenção, concedeu a palavra à senhora Vereadora Fátima Pereira que, no uso dela, começou por cumprimentar todos os presentes.

Passou, de seguida, a abordar o tema dos alunos do IPVC, afluído anteriormente pelo senhor Presidente, referindo que pretende reiterar a sua preocupação com o seu transporte e habitação, dando nota de que, há uns anos atrás, houve gente a desistir de cursos porque não tinha habitação, sendo certo que esta situação se foi remediando, particularmente com a requalificação da antiga escola primária de Prado. Referiu que, ainda assim, o Município tem que estar atento, procurando não deixar perder alunos por causa do transporte ou por causa da habitação.

De seguida, afluíu um outro tema, desta feita relacionado com o Carnaval, tendo referido que notou que no sábado à noite, dia 14, faltaram alguns grupos no desfile, que em anos anteriores costumavam participar. Relativamente à parte da animação na tenda, disse que o espaço resultou muito melhor do que o do ano passado, em que a tenda era redonda e encolheu bastante o espaço disponível para a festa. Comentou que este ano se estava mais à vontade e mais confortável. Referenciou que lhe surgiu uma ideia construtiva, embora fora de tempo, de se reaproveitar a tenda, tendo em conta o investimento que nela se fez, para as crianças e para os seniores, no domingo à tarde.

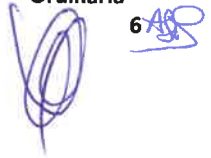
Prosseguiu a sua intervenção com a questão da Festa do Alvarinho, tendo perguntado ao senhor Presidente em que ponto se encontrava a sua preparação. Mais pediu ao senhor Presidente que informasse se a adjudicação da prestação do serviço de corte das árvores foi feita por ajuste direto ou por concurso. Ainda no âmbito deste tema, disse que os senhores Vereadores do PS continuam a manifestar a sua preocupação com o facto do retirar da festa da Vila, mormente no que este facto poderá afetar os comerciantes. Disse que deveriam ser encontradas soluções alternativas, para que nem a restauração nem o comércio percam com este afastamento da Festa do Alvarinho. Perguntou, ainda, como está a questão dos transportes para esta festa, se já existe



programação e como é que vão funcionar. A este propósito, disse que a preocupação dos Vereadores do PS tem a ver essencialmente com 2 questões: a questão da data, que coincide com uma altura em que normalmente chove sempre (o que se traduz numa situação mais desagradável para que as pessoas se desloquem a pé) e a questão do afastamento da festa em relação à Vila, por causa dos comerciantes e da restauração. Disse que, apesar de o senhor Presidente já ter falado no transporte e em atividades de captação de gente para a Vila, ainda assim preocupa bastante os Vereadores do PS o facto de as pessoas ao chegarem ali a Prado desviarem o seu percurso para a festa e não virem até à Vila. Nesta sequência, perguntou se existe algum plano no sentido de se tentar evitar esta situação. Também questionou se o mau tempo atrasou de forma significativa os trabalhos de preparação do terreno e se estes trabalhos vão estar efetivamente prontos a tempo. Por fim, perguntou qual a solução que se encontrou para instalar a tenda e se se vai avançar para alguma coisa mais definitiva ou para um estrado.

Finda a intervenção da senhora Vereadora Fátima Pereira, o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Verónica Solheiro, que, no uso dela, começou por cumprimentar todos os presentes. Após estes cumprimentos, realçou o prémio “Destino Desportivo do Ano 2026, na categoria de municípios com uma população até 10 mil habitantes”, tendo demonstrado o seu orgulho pela obtenção do mesmo e referido que isto mostra o caminho certo que se tem vindo a fazer e a aposta que, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser feita pelos diferentes Executivos, por todas as associações e por todos os agentes envolvidos no desporto e no turismo. Para além de parabenizar as equipas que têm estado envolvidas nestas atividades ao longo dos anos, colocou a questão de saber se o Executivo atual irá apostar na mesma linha de apoio ao desporto, que tem vindo a ser seguida, ou se irá proceder a alguns cortes, uma vez que já foram conhecidos alguns cortes, nomeadamente nas Olimpíadas, no âmbito das quais disse já lhe terem chegado algumas queixas dos seniores.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por responder às questões colocadas pela senhora Vereadora Fátima Pereira. Assim, em primeiro lugar, relativamente aos grupos que participaram no Carnaval, disse estar em crer que participou exatamente o mesmo número de grupos dos anos anteriores, com a única exceção do grupo da Casa do Povo, que, apesar de ter tudo preparado, decidiu abortar a sua participação, na sequência do falecimento de um dos elementos do grupo, que havia tido uma intervenção muito ativa na preparação, a Rute Durães. Disse que, de resto, participaram bastantes grupos, que o tempo correrá de feição e que mercê do desfile pelos arruamentos da Vila foi possível contactar com o público, tudo tendo terminado no espaço da tenda. Sobre a tenda disse que o formato escolhido este ano resultou muito melhor do que o de anos anteriores, permitindo que as pessoas tivessem podido ter mais espaço e estar mais confortáveis. Referenciou que também foi elogiado o reportório musical que foi escolhido, com música dos anos 80 e 90. Disse que o Executivo também perspetivou a



manutenção da tenda durante cerca de uma semana, para nela se poderem albergar os seniores, na quinta-feira seguinte, no âmbito das atividades do Carnaval, e sem custos acrescidos, uma vez que a empresa proprietária da tenda não iria cobrar mais por isso. Esclareceu que, no entretanto, os referidos seniores decidiram fazer a sua atuação não na quinta mas antes na sexta-feira, tendo para esse efeito escolhido o Centro de Estágios de Melgaço para a atividade. Referenciou que esta atividade de Carnaval dos seniores também funcionou muito bem, tendo marcado presença nela 292 pessoas, o que demonstra uma participação concorrida nesta camada etária, incluindo muitos elementos do grupo das Olimpíadas. Informou que o Executivo se fez representar na ocasião pela senhora Vereadora Liliana Gonçalves.

O senhor Presidente deu ainda nota de que a equipa que foi contratualizada pela empresa contratada, a “Spormex”, para a instalação e levantamento da tenda, fruto das manobras das máquinas, acabou por causar alguns danos no pavimento da Praça, que, na verdade, está em muito mau estado de conservação, com pavimentos irregulares e levantados, muito por causa, também, da quantidade de raízes das árvores ali existentes. Disse que o Município atualmente nem sequer tem um calceteiro nos seus quadros, uma vez que o que tinha se reformou, existindo, por conseguinte, a necessidade de contratualizar com terceiros as reparações, mediante a reposição da calceta. Referenciou que é difícil conceber-se um projeto de requalificação desta praça, emblemática, da Vila de Melgaço, sem um abate das árvores existentes, que, segundo a arquiteta paisagística do Município, não são as mais adequadas para este local e já têm mais anos de vida do que o aconselhável, encontrando-se bastante fragilizadas no seu tronco e ramos.

No seguimento da intervenção do senhor Presidente a senhora Vereadora Verónica Solheiro referiu a importância que as árvores têm no nosso património natural e destacou a possibilidade de a seu ver, se realizarem projetos interessantes mantendo esse património vivo.

Relativamente à Festa do Alvarinho e do Fumeiro e às árvores que no espaço que lhe está reservado foram cortadas, informou que já tivera a oportunidade de tornar público que a maior parte delas já se encontrava sinalizada para corte por parte do ICNF, uma vez que este Instituto estava na fé de que aquele espaço arbóreo ainda lhe pertencia, quando certo é que o mesmo já passou para o domínio do município através de uma Portaria do ano de 2013. Para além disso, comunicou que um grande número das árvores existentes nas proximidades está com a doença do nemátodo do pinheiro, e que, por esse motivo, mais cedo ou mais tarde será necessário abatê-las, por forma a proteger as que estão próximas delas e que poderão ser contaminadas. Quanto à adjudicação da prestação do serviço de corte informou que a mesma foi por ajuste direto, uma vez que o valor dessas árvores, que foram avaliadas em 3 ou 4 mil euros, ficava muito aquém dos valores que obrigariam a um concurso público. Mencionou que as condições climatéricas não têm permitido agilizar os trabalhos, sendo certo que os trabalhos de corte de árvores se encontram já terminados. Informou que no dia anterior ao da reunião, ao final da tarde,

foram transportadas e descarregadas no terreno as máquinas que começariam, nesse mesmo dia, os trabalhos de movimentação de terras. Referiu que a expectativa do Executivo Municipal é a de que tudo corra bem e de forma célere, o que também irá depender do que lá se vier a encontrar em termos de solo e inertes. Disse que, pelo reporte que havia tido, da parte do Chefe de Divisão, os trabalhos de movimentação de terras estariam concluídos em 2 ou 3 semanas.

Ainda em resposta às questões da senhora Vereadora Fátima Pereira, referenciou que esta intervenção foi pensada não apenas para deslocalizar a Festa do Alvarinho, mas também para dar um destino àquele espaço que outrora foi o parque infantil, desativado e não requalificado, aproveitando-o para parque de estacionamento, que também faz muita falta, particularmente nas alturas do Verão, de maior procura e saturação, com estacionamentos desordenados e obstáculos à circulação.

Sobre a questão dos comércios da Vila, considerou que a deslocalização da FAF para o Centro de Estágios apenas poderia eventualmente afetar os cafés e restaurantes, não tanto as lojas, considerando, contudo, que isso não irá acontecer, pois que neste novo local da Festa será mais fácil as pessoas virem visitar a Vila Melgaço, por terem lugar para estacionar e poderem circular mais tranquilamente na malha urbana.

Em resposta à questão do afastamento da Vila, disse estar-se perante uma falsa questão, uma vez que nas anteriores edições se verificou que uma das artérias que era mais procurada para se estacionar era precisamente a Avenida 25 de Abril, perto do Centro de Estágios, de onde as pessoas vinham a pé até à Vila, onde decorria a FAF. Disse acreditar que, em termos comerciais, este afastamento pode ser uma mais-valia. Comunicou que em reunião recentemente tida com a competente Divisão, tinha sugerido que fossem contactados os comerciantes locais, não só os restaurantes, que já o costumam fazer, mas também os cafés, no sentido de adequarem a sua gastronomia ao evento e de estarem preparados para proporcionar vendas e provas de vinho alvarinho a copo. Mais referiu que no seu entendimento este evento não tem que ficar confinado ao espaço da tenda, já que a FAF é do espaço urbano, é do Município, é do Concelho e até da região no seu todo.

Relativamente à questão dos transportes, informou que a mesma se encontra salvaguardada e que os transportes vão ser feitos com as viaturas do próprio município e com os seus recursos humanos. Quanto aos horários, disse que se entendeu que não faria sentido esta circularidade antes das 18:00 ou 19:00 horas, prolongando-se os horários até de madrugada. Comunicou que o horário de início da FAF se vai manter, prolongando-se, no entanto, o seu encerramento para as 05:00 horas da manhã.

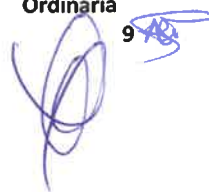
Tomou a palavra a senhora Vereadora Fátima Pereira que disse que se deveria tentar arranjar alguma forma de captar as pessoas para a Vila, facto pelo qual perguntou se não seria possível colocar os transportes mais cedo, até para não se correr o risco de perder o público melgacense mais idoso, que costuma ir à festa durante o dia, ao final da manhã e ao princípio da tarde.



Sobre esta sugestão o senhor Presidente da Câmara disse que a mesma poderá ser discutida e tida em conta, mas que atualmente praticamente todas as pessoas tem viatura própria ou boleia, com algum familiar, vizinho ou amigo, sendo o Centro de Estágios, de resto, até local de passagem para quem, mesmo de maior idade, costuma fazer caminhadas.

Relativamente à intervenção da senhora Vereadora Verónica Solheiro, o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que a linha do atual Executivo Municipal também passa pela promoção do desporto, que Melgaço é um concelho que tem esta aposta tradicional e uma infraestrutura criada, mas que também a este nível lida com enormes desafios, sendo um deles o de conseguir pagar a despesa que o Centro de Estágios acarreta ao Município, e que, com relação ao transato ano de 2025 não se basta com os cerca de 1 milhão de euros que nos últimos anos para lá tem transferido, mas ainda com um buraco, acrescido, de 400 mil euros, que tem de cobrir, mas dinheiro de que o Município não dispõe. Disse que o Executivo reconhece a visibilidade que, por exemplo, o campeonato europeu de ciclocrosse deu ao território no ano passado, não a dissociando, no entanto, do facto de tal prova ter custado mais de 400 mil euros, sendo a preocupação com a necessidade do pagamento dos custos dessa prova que motivou que, enquanto oposição, no ano passado, se tivessem mantido em silêncio, quando outros, sem curar de pensar nos custos e possibilidades do pagamento, a aplaudiram. Mencionou que a empresa municipal Melsport está também em risco de ser demandada em tribunal por falta de pagamento, bem como de, fruto da falta de cumprimento com as obrigações de pagamento, vir a perder o apoio, de cerca de 200 mil euros, que foi dado para este evento.

Sobre esta intervenção, a senhora Vereadora Fátima Pereira disse que o campeonato europeu tinha que ter sido mais reconhecido, sendo certo que apenas lá viu o senhor Vereador Manuel Rodrigues. Disse crer que são apostas que se tem que fazer e que há infraestruturas que nunca vão dar lucro. Disse considerar que o dinheiro gasto nesta prova não é mal gasto porque, se ela não tivesse tido lugar aqui, não teria trazido este prémio e este reconhecimento todo, o que também é importante. Referiu que tudo isto se deve ao Centro de Estágios, que permitiu ter a Pousada, o Hotel, o IPVC (que trouxe mais 500 e tal alunos para Melgaço), bem como a Residência Universitária que foi construída ali ao lado. Expôs que há infraestruturas que se sabe darem sempre prejuízo, mas que se deve apostar nelas pelos serviços que vão oferecer à população, sendo disso exemplo os alunos melgacenses que, desde os mais pequeninos até aos maiores, vão para lá e trabalham lá e os seniores que vão para lá e treinam lá. Referiu que há outras coisas em que se pode cortar, tendo dado como exemplo a deslocalização da FAF que o senhor Presidente quis levar para o Centro de Estágios, afirmando que poderia ser feita daqui a um ou dois anos, por forma a expandir no tempo o grande investimento que lhe está agora adjacente.



Sobre este comentário o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu à senhora Vereadora Fátima Pereira dizendo que sabe do que se vai comentando por aí quanto aos custos com a deslocalização da FAF, mas que lhe garantia que o evento deste ano não iria custar nem mais um cêntimo do que o do ano passado. Explicou que a FAF, este ano, vai acomodar numa única tenda, com 95 metros de comprimento e 40 metros de largura, restaurantes, stands, associações e expositores institucionais, facto pelo qual, e apesar de a tenda ser maior do que a do ano passado, não serão incrementados os custos a este nível.

Disse que a estimativa de custos para a movimentação de terras é de cerca de 20 mil euros e que irão ser feitos cortes nalgumas habituais rubricas deste certame para permitir acomodar esta despesa de alteração do local da realização.

Na sequência desta intervenção do senhor Presidente, a senhora Vereadora Fátima Pereira disse que o facto de o atual Executivo estar constantemente a dizer que o Centro de Estágios está a gerar prejuízo, que o Município está com muitas dívidas, deveria levar a uma maior coerência no sentido de se fazer poupanças também em relação à FAF, o que crê não acontecer com a sua deslocalização, com a movimentação de terras e com os transportes a ela adjacentes.

A este respeito, o senhor Presidente reforçou que as alterações que estão a ser feitas não implicam mais despesa. Acrescentou que já muitas vezes o escutaram dizer que o Centro de Estágios é muito importante e que tem uma dimensão ou vertente social, além de desportiva, mediante o apoio prestado às associações, escolas, idosos, designadamente através do projeto “Atividade”, entre outros. Reconheceu que não se pode medir tudo pela questão financeira, mas que está bastante preocupado com o facto de não saber onde ir buscar receita para pagar e honrar com o pagamento de dívidas que não foram criadas por este Executivo.

Na sequência desta intervenção, a senhora Vereadora Fátima Pereira disse que existe muita obra feita e muito investimento feito no território, o que configura a base da dívida. Referiu que a dívida está aí porque houve muita obra candidatada e há muita obra a decorrer e que ninguém andou a deitar dinheiro fora.

Nessa sequência, a senhora Vereadora Verónica Solheiro disse crer que, se existisse a dívida e não existisse uma razão para ela estar realizada, o senhor Presidente seria a primeira pessoa a chamar alguma entidade externa para verificar o assunto.

A este respeito, o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que Melgaço era, no final do primeiro semestre de 2025, o segundo município, dos 308 do país, que mais tardava em pagar aos seus fornecedores, que a Câmara está a ser demandada em

tribunal por credores, em ordem a receberem o que lhes é devido, que não se pode assumir despesa com a realização de certas provas desportivas quando certo é que não há dinheiro para as pagar, e que as senhoras Vereadoras da Oposição falam muitas vezes nos desafios que o Executivo tem de enfrentar mas em nenhum momento apontam onde se possa ir buscar o dinheiro necessário para cobrir essas despesas e para pagar essas dívidas.

A senhora Vereadora Verónica Solheiro referiu que o senhor Presidente da Câmara Municipal disse à Radio Vale do Minho que em 43 anos o PS não fez obra nenhuma, ao que o mesmo lhe respondeu que só poderia ter ouvido mal, por nunca ter proferido tais palavras, a menos que alguém tivesse deturpado o que tenha dito, desafiando-a a fazer-lhe chegar a gravação ou o excerto do que acabara de afirmar. Mais disse que pode não ter concordado, como não concordou, ao longo de muitos anos, com as opções que foram tomadas a nível político, mas que jamais havia afirmado que nunca havia sido feita obra alguma. Disse ainda estar surpreendido por a senhora Vereadora vir agora defender a gestão do anterior executivo quando em conversas que com ele havia tido no passado tinha acontecido o contrário, importando não ter memória curta.

Posto isto, o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a abordar a questão das Olimpíadas. Sobre as mesmas disse que se realizou uma reunião, onde não pôde estar presente, por nesse dia e hora estar na reunião da CIM Alto Minho, em Arcos de Valdevez, e onde esteve presente a senhora Chefe da Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura, com um grupo de pessoas que costumam participar nas Olimpíadas. Realçou que desse grupo de pessoas apenas uma ou duas falaram. Comunicou que lhes foi colocada a questão da necessidade de comparticiparem com parte da despesa do alojamento, pagando o Município a outra parte, assim como o Município pagaria a totalidade das despesas com transportes e refeições. Deu nota que alternativamente à repartição dos custos com o alojamento foi colocada pela Chefe de Divisão a hipótese de o Município disponibilizar transportes diários, nos 3 dias, para as Olimpíadas. Ao proposto o Professor António Domingues disse não concordar, não por se tratar de uma questão de dinheiro, pois informou que até tinham condições para pagar tudo do bolso deles, mas porque sempre foi tradição o Município suportar todas as despesas inerentes às Olimpíadas e que era uma mesquinhez não o fazerem este ano. Disse que este grupo queria que a Câmara Municipal pagasse todas as despesas, quando certo é que os fundos orçamentados e disponíveis não chegam para pagar todas essas despesas. Esclareceu que no âmbito da reunião da CIM em que participou, nos Arcos de Valdevez, teve oportunidade de perguntar aos outros municípios como é que estavam a proceder nestes casos, ao que lhe foi respondido que deveria haver união entre todos os municípios no sentido de as pessoas

terem que comparticipar nas despesas, por forma a que esta atividade deixe de configurar umas férias com tudo pago. Informou que a comparticipação que se havia pedido ao grupo de Melgaço, para pagamento do alojamento, era de 30 euros por pessoa e noite.

Dentro deste tema das Olimpíadas, a senhora Vereadora Verónica Solheiro pediu para colocar uma questão, o que lhe foi concedido. Indagou, assim, qual o valor que a Câmara pouparia, caso as pessoas comparticipassem com 50% do valor do alojamento.

Respondeu-lhe o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que não era conhecido o número de pessoas que este ano se iria inscrever, mas que tendo em conta os valores do ano passado e os previstos para este ano o valor que com essa comparticipação se pouparia rondaria os 3.000,00 €uros, tendo a senhora Vereadora Liliana Gonçalves referido, a esse propósito, que achava que até seria superior a isso.

Após estas intervenções, pediu a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que, após lhe ter sido concedida, mostrou a sua discordância com o argumento apresentado pela senhora Vereadora Fátima Pereira, de que os comerciantes e restaurantes poderiam sair prejudicados com a deslocalização da Festa do Alvarinho para o Centro de Estágios, considerando que as pessoas, ainda que mais afastadas da Vila, irão sempre procurar os restaurantes da Vila e até os que fiquem mais distantes.

II – Período da Ordem do dia

Administração Municipal

29. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 3 de 12-02-2026.

Apresentada que foi, pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, a única alteração que se fez na ata em discussão, foi esta colocada à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade dos membros com direito a voto, não tendo participado na votação a Vereadora Verónica Solheiro, por não ter estado presente na reunião a que diz respeito, a aprovação da Ata n.º 4 de 24-02-2026. O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

30. Justificação de faltas.

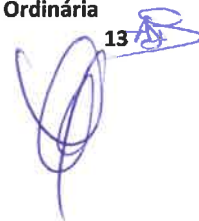
Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

31. Presente para efeitos de aprovação as peças que constituem o projeto da "Reconstrução do antigo Cine Pelicano", bem como a aprovação do respetivo preço base do procedimento que se estabelece em 855.000,00€ + IVA, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o edifício em discussão foi adquirido e cedido ao Município com um fim: acomodar o Museu do Cinema. Disse que das fotografias juntas com a documentação que foi enviada aos senhores e senhoras Vereadores uma delas retrata árvores de grande porte já no interior do edifício, o qual está em estado de ruína, sendo passível de causar danos de ordem material e pessoal a quem por ali transite e até aos edifícios confinantes. Referiu que é imperioso reabilitá-lo. Comunicou que estava previsto um orçamento superior a 2 milhões de euros para executar o projeto de reabilitação deste edifício, tal como estava desenhado, e que o Município não dispunha dessa verba para o executar. Disse que, pese embora se tenha colocado a hipótese de abandonar o projeto, o Executivo Municipal decidiu não o fazer, optando por o desenhar e redimensionar. Comunicou que o projeto em discussão não é o projeto inicial, tratando-se de um projeto alterado, e que o gabinete de técnicos que havia elaborado o projeto inicial foi sensível às razões, de ordem financeira, que levaram a esta reformulação e predispôs-se a reformulá-lo de forma gratuita. Nesta sequência, relevou o facto de as entidades e os fornecedores se mostrarem sensíveis às dificuldades do Município.

Retomando o projeto do Museu do Cinema, deu nota daquilo que nele vai ser feito, dizendo que se vai ablacionar a parte da cave e que se vai retirar o último piso, envidraçado, que era audaz em termos arquitetónicos mas que não tinha nada a ver com a arquitetura e a envolvente. Comunicou que em termos de distribuição do espaço se vai alterar, no rés-do-chão, a receção, tornando-a no primeiro ponto de contacto de quem visita o Museu, vindo da Rua Direita, e que se reformulou, também, o desenho das escadas interiores, que antes apresentavam lanços não alinhados. Disse que o rés-do-chão ficará para receção, espaço expositivo temporário e WC's, e que no primeiro e segundo andares se encontrarão espaços expositivos permanentes. Por fim, elucidou que o que é proposto, no seguimento desta reformulação do projeto, é a aprovação das novas peças e a aprovação do valor base, que está orçamentado em 855 mil euros, para que possa ser aberto o procedimento de contratualização.



Exposta esta explicação, a senhora Vereadora Fátima Pereira disse que as senhoras Vereadoras do PS são a favor da requalificação deste edifício.

Posto isto, o senhor Presidente colocou este assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 2041 de 16-02-2026 e no uso da competência prevista na alínea f) do número 1, do artigo 33.º do RJAL, aprovado pela Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a aprovação das peças que constituem o projeto da “Reconstrução do antigo Cine Pelicano”, bem como a aprovação do respetivo preço base do procedimento que se estabelece em 855.000,00€ + IVA.

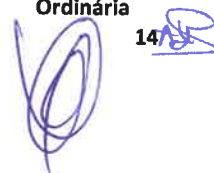
O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

32. Presente requerimento em nome da empresa Restaurosinout, Lda, a solicitar a isenção de pagamento de taxas previstas no Regulamento Municipal de Taxas de Urbanização e Edificação e no Regulamento Municipal de Ocupação do Domínio Público, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este assunto em concreto tem a ver com a construção que está a acontecer a seguir à rotunda de Galvão, a qual tem aportado ao Município alguns problemas, designadamente com circulação e a abertura de valas na estrada que, por não serem repavimentadas por quem tem a responsabilidade de o fazer, implica que seja o Município a ter de fazê-lo, com os constrangimentos decorrentes da grande pluviosidade que tem caído. Reconheceu que esta obra faz falta, para aumentar a oferta de habitação em Melgaço. Transmitiu que depois daquele primeiro bloco, de maior volume, esta empresa, a Restaurosinout, vai agora iniciar um segundo bloco, mais curto, com 12 fogos para habitação, de tipologia T1.

Relativamente a taxas, começou por referenciar que a Câmara Municipal e a Assembleia aprovaram um Regulamento (que é o Regulamento n.º 254/2023) que prevê a isenção a 100% de taxas, nas situações em que algum edifício seja construído de raiz e em que mais de 75% das suas frações, com um mínimo de 5, sejam afetas à habitação.

Comunicou que o Executivo Municipal vai propor a alteração deste regulamento por não lhes parecer justo que uma família qualquer, para construir uma casa para habitação própria, tenha que pagar a totalidade das taxas, ao passo que um construtor ou promotor imobiliário, que constrói visando o lucro, poupe muito dinheiro em taxas, as quais se mostram imprescindíveis para que o Município possa acomodar todos os constrangimentos que o desenvolvimento deste tipo de projetos acarreta, designadamente com a necessidade de execução de infraestruturas. Disse que o Município, que não recebeu quaisquer quantias a título de taxas, é que tem, agora, encargos decorrentes da execução



desta obra. Informou que a perspetiva do Executivo é que haja reduções sim, em função da construção, que faz falta ao concelho, mas que essas reduções deveriam ser revistas e transversais a outra classe de promotores ou construtores.

Deu ainda nota de que o procedimento de isenção das referidas taxas, nos tempos do executivo anterior, ocorrera em circunstâncias que se entende não respeitaram o regulamento, porque este benefício de isenção do pagamento de taxas não ter sido aprovado pela Câmara Municipal, como manda o dito regulamento, tendo sido despachado por quem se entende que não tinha poderes para o efeito.

Mencionou que, relativamente a este pedido em concreto, os serviços propuseram ao Presidente a emissão do alvará de construção com isenção de taxas e que, por ter verificado, no âmbito deste processo, que não existia nenhum pedido de isenção de taxas, nem qualquer instrução da Câmara a este respeito, devolveu o processo, determinando a emissão do alvará, mas sem isenção de taxas. Comunicou que, nesse seguimento, o construtor veio apresentar este pedido de isenção das taxas, relativamente a este outro bloco, mais reduzido, as quais foram calculadas no valor de 10.930 euros.

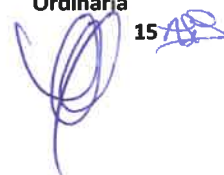
Na sequência desta intervenção, a senhora Vereadora Fátima Pereira referiu que não sabiam do procedimento anterior porque não faziam parte do anterior Executivo. Disse que concorda com esta nova habitação, que é muito necessária em Melgaço, e com esta ajuda aos empreiteiros nesta fase inicial em que a carência é tão grande. Concluiu dizendo que as senhoras Vereadoras do PS vão votar a favor, tendo em conta o facto de que, se os promotores não forem ajudados, se pode correr o risco de que não construam cá.

Após estas intervenções, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 1593 de 06-02-2026 e no uso da competência prevista no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento, n.º 292/2023, de 9 de março de 2023, a aprovação da isenção da taxa prevista no n.º 1 do artigo 12º deste mesmo Regulamento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

33. Presente requerimento de Daniela Domingues Gonçalves, a solicitar a isenção de taxas urbanísticas ao abrigo do Regulamento de Concessão de Apoios no Domínio da Habitação do concelho de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.



Sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável prevê a isenção de taxas para quem, até aos 40 anos de idade, construa a primeira habitação, própria e permanente, até 250,00 m2. Comunicou que a requerente preenche estes pressupostos. Participou que existiram, igualmente, algumas vicissitudes neste procedimento, uma vez que nem sequer houve um despacho do senhor Presidente que o antecedeu, mas antes e apenas um ofício que lhe foi apresentado e que ele assinou a conceder a isenção de taxas, sem uma informação ou despacho a anteceder-lo. Referiu que o atual Executivo, quando foi apresentado o requerimento para levantar o alvará, apercebeu-se destes factos e regularizou a situação, com a entrega, por parte da requerente, de um pedido formal, o qual foi instruído de acordo com o regulamento, e foi remetido a esta reunião da Câmara.

Consequentemente, colocou este assunto à discussão.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 2066 de 18-02-2026 e no uso da competência prevista no artigo 75.º, n.º 3 do Regulamento n.º 162/2024, de 2 de fevereiro de 2024, a aprovação da isenção da taxa prevista no artigo 72.º deste mesmo Regulamento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

34. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da proposta de cronograma financeiro e planos de trabalhos modificados, da empreitada "Requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Melgaço", que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Quanto a este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que foi apresentado, por parte da Engenheira Sílvia, um pedido de aprovação de um novo plano de trabalho e de um novo cronograma financeiro, que tem a ver com a calendarização das várias etapas da obra de requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Melgaço. Referiu que o pedido não entrou com o enquadramento legal que era o devido, de acordo com o Código dos Contratos Públicos, e que foi feito este reparo à entidade executante, a Fullprojets, que, entretanto, reformulou o pedido. Esclareceu que esta situação tem a ver com atrasos relacionados com a questão das consultas dos preços para materiais e com a questão dos pedidos de esclarecimentos ao gabinete de projetos, que provocaram alguns atrasos, e que, em função destes atrasos, que estão justificados, se torna necessário aprovar o novo plano financeiro, o novo plano de trabalhos, e o novo plano de

equipamentos e de mão de obra. Disse que o prazo de execução se mantém exatamente o mesmo, o qual é de 394 dias. Esclareceu que o diferencial, em termos de revisão de preços, se reporta a um valor irrisório, de 14,79 euros. Explicou que uma vez que o Município, enquanto dono de obra, apenas dispunha do prazo de 5 dias para se pronunciar, sob pena de se considerar tacitamente deferido, se viu na necessidade de aprovar este assunto, trazendo-o, agora, à reunião da Câmara para ratificação. Comunicou que o que está aqui em discussão e para deliberação é a ratificação da aprovação deste novo cronograma financeiro e do novo plano de trabalhos desta entidade.

Apresentado o assunto, e por não haver pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou-o à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 1961 de 13-02-2026 e no uso da competência prevista no n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação da proposta de cronograma financeiro e planos de trabalhos modificados, da empreitada “Requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Melgaço”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

35. Presente requerimento em nome de Aurélio de Jesus Rodrigues, a solicitar contrato de fornecimento de água para apoio agrícola, no lugar de Caminho da Longarinha, Paderne, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Apresentado o assunto, e não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou-o à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 1803 de 11-02-2026 e no uso da competência prevista n.º 2, do artigo 50.º do Regulamento Municipal de Serviço de Abastecimento Público de Água, n.º 1196/2023 e do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, a aprovação de contrato de fornecimento de água para apoio agrícola.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.



36. Presente requerimento em nome de Dídia de Oliveira Trancoso, a solicitar contrato especial de apoio agrícola em Costa, São Paio, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Apresentado que foi este assunto pelo senhor Presidente da Câmara, e não havendo pedidos de intervenção, foi o mesmo colocado à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 1756 de 11-02-2026 e no uso da competência prevista no n.º 2, do artigo 50.º do Regulamento Municipal de Serviço de Abastecimento Público de Água, e do n.º 4, do art.º 50 do Decreto-Lei n.º 1147/2017, de 05 de dezembro, a aprovação de contrato de fornecimento de água para apoio agrícola.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

37. Presente pedido da Federação Portuguesa das Associações de Pessoas com Diabetes, a solicitar contribuição financeira no valor de 300,00€, para apoio à realização do IV Congresso da Federação Portuguesa das Associações de Pessoas com Diabetes. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, quando o Município rececionou este pedido de apoio por parte da Federação Portuguesa de Associações de Pessoas com Diabetes, visto estar relacionado com a saúde ficou o Executivo naturalmente sensibilizado, mas que cedo percebeu que não se tratava de um pedido de apoio para ajudar no combate à doença, mas antes para comparticipar a realização do IV Congresso desta Federação. Informou que se procurou saber se havia algum histórico de apoios para este efeito, tendo sido apurado, pelos serviços, que não existiam quaisquer registos de atribuições deste tipo de apoio e que não existia, igualmente, enquadramento orçamental, nem cabimentação para estes efeitos, tendo, por conseguinte, proposto o indeferimento desse pedido de apoio.

Colocado o assunto à discussão, pronunciou-se a senhora Vereadora Fátima Pereira, que disse que as Vereadoras do PS concordam com a posição do Executivo, no sentido do indeferimento deste pedido de apoio.

Posto isto, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 2027 de 16-02-2026 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o indeferimento do pedido da Federação Portuguesa das Associações de Pessoas com Diabetes.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Gestão Municipal

38. Presente para efeitos de aprovação a proposta de abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, no mapa de pessoal 2026 para exercer funções no Gabinete de Projetos, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou a nota explicativa deste assunto com a afirmação de que a abertura deste procedimento concursal não corresponde a qualquer aumento do pessoal, tendo referido que o mapa de pessoal que foi aprovado na Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2025, para este ano, já prevê, em si mesmo, estes lugares. Comunicou que não irá ser aumentado nem um único lugar no mapa de pessoal e que os lugares para este concurso e para o concurso a que diz respeito o próximo assunto, já estão criados, existindo, já, cabimentação orçamental para estes efeitos.

Passou, depois, a explicar a necessidade de contratação de um novo recurso humano para o Gabinete de Projetos, que se prende com o grande volume de candidaturas que se encontra a gerir, e com a necessidade de colmatar a saída de uma outra colaboradora.

Incluiu, nesta nota explicativa, o assunto n.º 39, dizendo que este procedimento concursal contempla a necessidade de recrutamento de 6 assistentes operacionais: um, para os serviços de gestão de resíduos; outro para os serviços de saneamento; outros para as obras da manutenção de edifícios públicos e arruamentos, nomeadamente estradas; outro, para o serviço de mecânica e AVAC, e, por fim, para um novo serviço que não existia no Município e que tem a ver com a área de acolhimento empresarial e a unidade de produção de hidrogénio. Disse que, no caso das vagas respeitantes à DOSU, se trata de carências relacionadas com baixas prolongadas e com situações de passagem para a reforma.



Explicado este assunto, e não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou-o à votação.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do PS, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º2087 de 18-02-2026 e no uso da competência prevista no n.º1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º209/2009, de 3 de setembro, que adapta o disposto na Lei n.º12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, à administração local, a aprovação da proposta de abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, no mapa de pessoal 2026 para exercer funções no Gabinete de Projetos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

39. Presente para efeitos de aprovação a proposta de abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para preenchimento de 6 (seis) postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, do mapa de pessoal 2026 para exercer funções na Divisão de Obras e Serviços Urbanos, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Tendo já procedido à nota explicativa deste assunto, no seio do assunto anterior, e por não haver pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou-o à votação.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do PS, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º2085 de 18-02-2026 e no uso da competência que lhe confere o n.º1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º209/2009, de 3 de setembro, que adapta o disposto na Lei n.º12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, à administração local, a aprovação da proposta de abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para preenchimento de 6 (seis) postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, do mapa de pessoal 2026 para exercer funções na Divisão de Obras e Serviços Urbanos.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

40. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de Mapa de Desempenho Orçamental de 2025, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o mesmo entronca com o assunto que vem a seguir (o assunto n.º 41). Referiu, depois, que se trata de uma exigência que decorre da Lei do Orçamento de Estado para 2026. Disse que a aprovação deste mapa de desempenho orçamental, que tem a ver com o exercício anterior, é estritamente necessária para se poder acomodar o saldo de gerência, através de uma revisão orçamental, distribuindo os valores por outra rubricas. Comunicou que o saldo de gerência, que vai transitar de 2025 para 2026, é de 338.220,79 euros. Informou que se decidiu acomodar este valor em obras que prefeririam não ter de fazer, mas a que as intempéries obrigaram: a reparação de caminhos, muros, derrocadas e drenagens de águas.

Sobre esta última questão, da drenagem de águas, falou sobre uma situação particular que tem a ver com a Professora Eva Martins, na Barbosa, onde foram feitas as obras na Rua Professor Armando Cortes, no âmbito das quais houve uma reformulação das cotas e das vertentes dos passeios, que, com as chuvas copiosas, criou ali uma grande enxurrada, tendo a água acabado por ir parar à cave do prédio daquela moradora. Disse que a água também ali foi parar devido a entupimentos na conduta que escoava as águas.

Informou que irá ser realizada uma reunião com esta Munícipe. Afirmou que, de acordo com os serviços técnicos, seria necessário abrir uma nova vala e colocar um tubo com uma maior dimensão que permitisse trazer estas águas lá de cima até junto à Rua Vermelha, lançando-as, depois, para a corga ou regato, o que teria de ser feito antes da repavimentação daquele arruamento da Barbosa. Informou que o valor do orçamento para esta obra, que é urgente, anda nos 25 mil euros. Referiu que o Município não tem orçamento para pagar estes 25 mil euros pois não se contava com esta ocorrência. Disse que a solução que o Município tem é utilizar os 25 mil euros que estavam no orçamento para requalificar o Beco dos Frades para este efeito, de implantação de condutas para drenagem de águas pluviais. Comunicou que esta decisão não está ainda tomada, mas que está colocada em cima da mesa.

Informou que também serão alocadas as verbas do saldo de gerência, a pedido da DOSU, para o reforço dos contadores de telemetria.

Por fim, disse que também serão alocadas verbas do saldo gerência para a obra do Museu de Castro Laboreiro e da Porta do Parque Nacional da Peneda-Gerês, explicando



que existem trabalhos que não estavam previstos e que não entraram na candidatura, sendo certo que a sua realização foi diagnosticada pelos serviços como sendo necessária, estando em causa cerca de 20 mil euros para cada uma dessas obras.

De seguida, a senhora Vereadora Fátima Pereira informou que as senhoras Vereadoras do PS iriam votar favoravelmente os assuntos 40 e 41, mediante as explicações dadas pelo senhor Presidente.

Nesta sequência, o senhor presidente da Câmara Municipal colocou este assunto e o próximo (n.º 41), conjuntamente, à votação, com a concordância de todos os Vereadores.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 2083 de 18-02-2026, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, o Mapa de Desempenho Orçamental de 2025, nos termos do artigo 124.º, da LOE 2026.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

41. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a Revisão Orçamental n.º 1, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 2144 de 19-02-2026, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a Revisão Orçamental n.º 1, nos termos do artigo n.º 124 da LOE 2026 – Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

42. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, o relatório final do empréstimo de Médio/Longo Prazo, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Quanto a este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o procedimento para a contratação deste empréstimo já foi aprovado em reunião da Câmara, de 29 de janeiro de 2026. Informou que este empréstimo não releva para a dívida total, porque é para assegurar a parte elegível da componente nacional nas obras que constam do anexo à informação. Transmitiu que se encontra anexo ao presente assunto o relatório de avaliação das propostas. Disse que só duas entidades bancárias apresentaram



proposta: a Caixa Agrícola e a Caixa Geral de Depósitos. Comunicou que foi escolhida a proposta da Caixa Agrícola, com uma taxa de juro/spread menor. Informou que o empréstimo é um empréstimo de longo prazo, de 20 anos, e prevê um período de carência de 2 anos. Comunicou que este assunto terá que ser posteriormente aprovado pela Assembleia Municipal, e que, após a posterior aprovação da contratualização em reunião da Câmara, terá de ser submetido ao visto do Tribunal de Contas.

Interveio a senhora Vereadora Fátima Pereira, dizendo que as senhoras Vereadoras do PS iriam votar favoravelmente, por estar em causa um investimento onde estão previstos os 18 milhões de euros constantes da informação técnica em apreço, que são muito importantes para o Município.

O Senhor Presidente colocou o assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a adjudicação deste empréstimo à Caixa de Crédito Agrícola, pelo montante de até 2.010.892,60 Euros, pelo prazo de 20 anos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Presidência

43. Presente para efeitos de aprovação a Alteração da Constituição da Comissão Municipal de Auditorias/Vistorias Empreendimentos Turísticos e Estabelecimentos de Alojamento Local, que ficará anexa a esta ata.

Apresentado este assunto pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, e por não haver pedidos de intervenção, foi o mesmo colocado à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovação da seguinte Constituição da Comissão Municipal de Auditorias/Vistorias Empreendimentos Turísticos e Estabelecimentos de alojamento Local:

- Pedro Barbosa - Técnico Superior da Divisão de Desenvolvimento Educação e Cultura;
- Alexandre Domingues – Técnico Superior da Divisão de Planeamento e Gestão Territorial;
- Joaquim Silva – Técnico Superior da Divisão de Obras e Serviços Urbanos;

Suplentes:

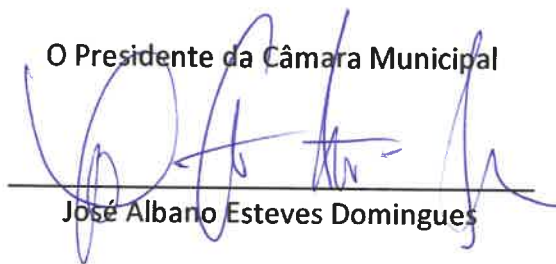
- Albertino Esteves – Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Territorial;
- Carlos Humberto Gonçalves – Chefe da Divisão de Obras e Serviços Urbanos;
- Mickael Alves – Técnico Superior da Divisão de Desenvolvimento Educação e Cultura;
- José Alberto Esteves – Técnico Superior da Divisão de Planeamento e Gestão Territorial;
- Ana Rita Gonçalves – Técnica Superior na Divisão de Obras e Serviços Urbanos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.24 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ana Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



José Albano Esteves Domingues